Revista Brasileira de Educação em Geografia
ISSN 2236-3904

AUTORES E LIVROS DIDÁTICOS REGIONAIS DE GEOGRAFIA (1870 – 1910): elementos históricos e educacionais para uma espacialização do fenômeno

Maria Deusia Lima Angelo [1]
deusiangelo@gmail.com

Maria Adailza Martins de Albuquerque [2]
dadamartins@ig.com.br

Resumo
A discussão apresentada neste texto é resultado de uma pesquisa de mestrado, que tem como objetivo compreender o papel dos autores de livros didáticos na constituição da disciplina escolar Geografia. Nessa buscamos contribuir com os estudos acerca da história da Geografia escolar no cenário brasileiro. Como perspectiva teórico-metodológica, apoiamo-nos na história das disciplinas escolares, além de recorrermos a importantes elementos representativos do campo da cultura escolar, da história do livro, dentre outros aportes. Nossas reflexões remontam ao período entre as décadas de 1870 e 1910, tendo como base para nossas análises os LD de Geografia publicados no período, evidenciando os autores desses impressos. O recorte temporal retratado nesse estudo evidencia a ampliação da escolarização, sobretudo das escolas primárias para várias partes do território nacional, culminando em um aumento da produção de livros escolares nas diferentes províncias/estados. Neste contexto o projeto de construção de uma identidade nacional e de exploração do território eleva a disciplina Geografia a um lugar de destaque, inclusive, valorizando o estudo das províncias. Nesse sentido, recortamos para este artigo importantes elementos históricos, políticos e educacionais que direcionam o espraiamento da produção dos LD de Geografia no contexto das diferentes províncias/estados; uma espacialização desse fenômeno; o lugar social dos autores desses livros e os âmbitos de referência desses sujeitos.

Palavras-chave
Geografia escolar, Livro didático, Autores.

---

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Prof.ª da Educação Básica – Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa/PB e membro do GPCES (Grupo de Pesquisa Ciências, Educação e Sociedade). Endereço: Rua Luiz Edir Queiroz Marinho, 114, apto. 601. Aeroclube. CEP 58036-435. João Pessoa/PB.

[2] Doutora em Educação, Faculdade de Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Prof.ª da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e membro do GPCES (Grupo de Pesquisa Ciências, Educação e Sociedade). Endereço: Rua Coronel Oton Nunes da Silva, 298. Bessa. CEP 58036-442. João Pessoa/PB.

GEOGRAPHY REGIONAL TEXTBOOKS AND AUTHORS (1870 – 1910): spatialization through historical and educational elements

Abstract
The discursion presented in this work results from a master degree research that aims to understand the textbooks authors function in the constitution of Geography school subject. Here we seek to contribute with the studies of the history of Brazilian scholar geography. As a theoretical-methodological perspective, we rely on the history of school subjects, besides resorting to important representative elements of the field of school culture, of the social history and of the history of the book, among other contributions. Our considerations refers to the period between the 1870 and 1910. We based our analysis on Geography textbooks published in this period, giving evidence to these book authors. The temporal cut adopted in this study broadens the schooling, especially in primary schools to many parts of the national territory. This fact resulted in an increased production of textbooks in different provinces/states. In this context, the project of building a national identity and the territory exploration raises the Geography discipline and the site study to a place of prominence. Accordingly, this article discusses important historical, political and educational elements that drives the spreading of Geography textbooks production on the different provinces/states; a spatialization of this phenomenon; the social place of these textbook authors and their spheres of reference.

Keywords
Scholar Geography, Textbooks, Authors.

Introdução

Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, intitulada *Livros didáticos de Geografia e seus autores: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil* (ANGELO, 2014), na qual organizamos um extenso catálogo de livro didático - LD de Geografia e de seus respectivos autores, considerando o recorte temporal, entre os anos de 1870 e 1910. Esse catálogo constituiu a base geral de nossas fontes, além de termos recorrido a outros documentos para realizar as nossas análises. Para este artigo selecionamos uma parte do trabalho que trata dos autores de LD de Geografia, publicados no Brasil ou no exterior, mas destinados ao Brasil, e que traziam características do que denominamos LD regional. Este é fruto de um diálogo entre nós (orientanda e orientadora), a banca avaliadora da dissertação e os participantes do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – GPCES - UFPB.

Aqui pretendemos divulgar parte da pesquisa realizada entre os anos de 2012 e 2014, ora financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior - CAPES[3]. O objetivo deste texto é apresentar um debate sobre os autores de LD de Geografia, do período em tela, entendendo-os como sujeitos sociais que tiveram papel importante na constituição dessa disciplina escolar, especialmente aqueles que se dedicaram a publicação de obras destinadas as províncias que após a Proclamação da República, foram denominadas de estados. Para tanto, iniciamos tratando do nosso marco teórico, do contexto do período e da espacialização da produção desses LD.

Sobre os conceitos de disciplina escolar e de LD, já o apresentamos em outras publicações (ALBUQUERQUE, 2010; 2011; ALBUQUERQUE & ANGELO, 2012; ANGELO, 2013), de modo que não há necessidade apresentarmos os debates acadêmicos que fundam as nossas posições. Compreendemos disciplina escolar como um construto histórico representativo do meio social, ao mesmo tempo em que esta se constitui como um conjunto de elementos originários de uma cultura própria da escola. Por tanto, as disciplinas escolares não se configuram como uma simplificação ou transposição de saberes produzidos em outros espaços externos à escola, a exemplo, da academia (CHERVEL, 1999; GOODSON, 1999). Nesta perspectiva, consideramos o LD e as suas múltiplas facetas, o que lhe confere uma complexidade que perpassa sua dimensão pedagógica e cultural, além da sua historicidade e materialidade. Assim, reconhecermos esse artefato como um elemento representativo do quadro mais amplo da cultura e da sociedade (GALVÃO & BATISTA, 2009) sem negar as suas especificidades no interior da cultura escolar (CORRÊA & VALDEMARIM, 2000; OLIVEIRA & SOUZA, 2000), e também, os diferentes sujeitos envolvidos na elaboração e produção dos mesmos (BITTENCOURT, 2008), com destaque para os autores.

Livros Didáticos regionais de Geografia: contexto histórico e espacialização da produção

Para caracterizar os LD regionais de Geografia, fizemos uma classificação que leva em consideração alguns elementos, especificamente, para o contexto das província/estado.

Destacamos, inicialmente, as obras que tratam especialmente dos estudos geográficos e/ou corográficos e históricos de uma determinada província/estado, mesmo aqueles que contemplam concomitantemente assuntos de Geografia Geral e do Brasil, como por exemplos: *Geographia da Provincia do Rio Grande do Sul*, de Hilario Ribeiro

[3] Os leitores que tiverem interesse em ler o texto na íntegra podem acessá-lo pelo endereço da página do PPGG – UFPB. http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/

de Andrade e Silva *(1880)*; *Pequena chorographia da província do Pará,* de Raymundo Cyriaco Alves da Cunha *(1887); Geographia do Estado de Minas Geraes - Seguida de Noções de História do mesmo estado,* de Francisco Lentz Araujo *(1895); Elementos de Geografhia universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco,* de Manoel Pereira de Moraes Pinheiro *(1875)*. Em segundo, incluímos os que, por vezes, deixam pistas quanto à destinação do local da obra a partir de outros elementos textuais presentes na capa e/ou em outras partes do livro, como por exemplo: *Geographia Elementar- (adoptado nas aulas publicas do Estado do Rio Grande do Sul),* de José Theodoro de Souza Lobo (1917); *Pontos de Geographia - (de acordo a última Reforma de Ensino em Minas e o Novo Programama Official),* de Carlos Góes (1918); *Elementos de Geographia e Cosmographia – (oferecidos à mocidade alagoana),* de Thomaz do Bomfim Espindola (1874). Neste caso fica subentendido que se trata dos diferentes aspectos da Geografia considerando outros contextos espaciais, para além do local ao qual se destinou a obra.

Contempla esse conjunto de obras, aquelas que, apesar de não estarem direcionadas para uma determinada província/estado, tratam dos conteúdos referentes às províncias do Brasil, a exemplo de *Geographia das Provincias do Brazil,* de Alfredo MoreiraPinto (1883) e *Estados da República: para o estudo nos Gymnasios e nas Escolas Normaes*, de Sebastião Paraná (1911). Outro elemento está associado aos locais de publicações e de origem do autor da província/estado destacada/o no livro.

Ponderando recorte temporal dessa pesquisa, falar sobre os LD destinados ao ensino de Geografia nas diferentes províncias/estados, também implica em uma questão acerca de recorte espacial. Nesse caso estamos nos referindo àquelas publicações que trazem especificamente, a apresentação e/ou descrição dos elementos geográficos, corográficos (e por vezes históricos) das/para as províncias/estados, considerando os limites administrativos, tal como eram tratados os recortes regionais do Brasil na época.

Considerando os diversos domínios da noção de região, Gomes (2009) ressalta que o entendimento desta enquanto divisão administrativa tem sido bastante comum. Daí essas obras serem classificadas como publicações regionais. No entanto, cabe ressaltar que, essa forma de dividir o território não compreende os elementos constitutivos e delineadores do método regional, tal como compreende as discussões no âmbito da ciência geográfica, inclusive, considerando os debates existentes no Brasil acerca do conceito de região a época[4].

[4] Sobre as discussões em torno das propostas de divisão regional para o Brasil entre o final do século XIX e início do XX ver GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. *Divisão Regional do Brasil*. *In*. Revista Brasileira de Geografia / Fundação IBGE - ano 1. n. 1 (1939, jan./mar.). Rio de Janeiro: IGBE, 1939.

O conceito de Região para a geografia especifica-se pelo fato desta procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais (GOMES, 2009). O debate sobre o conceito de região é múltiplo e complexo, envolvendo diferentes elementos que se apresentam no espaço, sejam eles naturais, históricos, socioeconômicos, políticos e culturais. Não é nosso propósito aqui trazer uma discussão aprofundada sobre esse conceito, mas cabe, ainda, a partir da reflexão proposta por Gomes (2009), pensar a região a partir de um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, de modo a colocar em jogo comunidades de interesses identificadas com certas áreas, evidenciando traços essenciais do "fundamento político, de controle e gestão do território" (GOMES, 2009, p. 73). E, finalmente, ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central.

Tal pensamento nos remonta ao contexto de construção do Estado nação brasileiro durante o século XIX, evidenciando as discussões a respeito da construção da unidade territorial e do papel das províncias frente a um projeto de nação[5].

Diante dessas discussões, corroboramos com o pensamento de Dolhnikoff (2003), pois entendemos que as províncias construíam seus âmbitos de articulação local, mas com representação no poder central, sobretudo, em se tratando dos grupos liberais.

Trazendo esta discussão para o contexto educacional, mas especificamente para o ensino de Geografia, evidenciamos a dinâmica acerca da produção de LD no espaço das províncias e os sujeitos responsáveis por promover essa dinâmica e, por constituírem uma Geografia voltada para a exploração do local, mas situando-o no contexto nacional, difundindo um nacionalismo patriótico nos fins do século XIX e início do século XX. No entanto, voltaremos um pouco mais no tempo buscando delinear brevemente, o ensino de Geografia nas primeiras décadas do Império.

Nesse período a instrução nas províncias era regulamentada pelo governo central, passando a receber maior atenção, nesse contexto, o grau de ensino referente às

[5] Em linhas gerais, a literatura acerca dessa temática tem defendido duas teses que se opõem. De um lado, ficou consagrada a clássica defesa de que a sustentação da construção do Estado nação da unidade do território brasileiro só foi possível a partir de imposições e controle do governo central frente às elites regionais (CARVALHO, 1981*apud* DOLHNIKOFF, 2003), ou ainda, a partir de uma elite dirigente senhorial (os saquaremas) em torno da corte (MATTOS, 1987*apud* DOLHNIKOFF, 2003), ambos defensores de um projeto nacionalista, em contraposição às elites regionais, compostas por conservadores e defensores de projetos localistas sem articulação com o governo central. Por outro lado, a tese acerca da construção de um pacto imperial entre os dois lados, defende a ideia de uma negociação entre o poder central e os representantes das diferentes regiões, que também se constituíam como elite política (DOLHNIKOFF, 2003). Nesta perspectiva, os desejos de autonomia das elites regionais não se constituíam com uma suposta miopia localista, mas estava acoplado a um projeto político que acomodava as reinvindicações regionais em um arranjo nacional, constituindo-se uma organização institucional com representação de várias partes do território em um todo, preservando a autonomia de cada uma delas, sob a direção do governo central, de modo que as elites regionais também foram responsáveis pela condução de um novo Estado nacional, a partir da instauração de um pacto federalista (DOLHNIKOFF, 2003).

Escolas de Primeiras Letras. No que concerne aos conteúdos que deviam ser ensinados nesse nível de ensino, a Lei 15 de outubro de 1827, regulamenta:

> Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionando á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil. (BRASIL, 1827, artigo 6º).

Nesta citação observamos que além de uma preocupação com ensinar a ler, escrever, contar e rezar, a História compunha as aulas dessa escola. Porém, de acordo com Vlach (2004), mesmo que de forma indireta, os conteúdos geográficos "ocorria por meio da história do Brasil e da língua, cujos textos enfatizavam a descrição do território, sua dimensão, suas belezas naturais" (VLACH, 2004, p. 189). Neste sentido, Issler (1973) defende que, desde a Colônia havia recomendações para o ensino de conteúdos de História e de Geografia.

Por conseguinte, a partir da década de 1830, por decretos são mandadas criar cadeiras isoladas de Geografia em diferentes províncias: como na Paraíba, em 07 de junho de 1831 (ALBUQUERQUE, 2012); em Pernambuco, 07 de setembro de 1830; em 11 de novembro do mesmo ano, no Maranhão e; no Piauí, em 23 de julho de1833 (ALMEIDA, 1989 *apud* SILVA, 2012). Contudo, não podemos generalizar essa iniciativa a todas às províncias, dada às diferentes realidades socioeconômicas e culturais, que as caracterizavam, seja pelos parcos recursos, seja pela qualificação de profissionais. Um exemplo, nesse sentido, é citado por Santos (2004) quando da tentativa de implantação da primeira cadeira de Geografia, em Sergipe, em 1825, que não teve sucesso, dada as adversidades enfrentada pela província.

Para o ensino secundário, a partir da década de 1810, a Geografia enquanto disciplina já se fazia presente nas aulas preparatórias para os exames na carreira militar (SILVA, 2012), tendo em vista a cobrança dos conteúdos de caráter geográfico para o ingresso nesses cursos. A partir de 1831 a Geografia torna-se conteúdo obrigatório dos cursos preparatórios e dos exames parcelados dos Cursos Jurídicos, que a partir de 1854 tornam-se Faculdades de Direito (HAIDAR, 2008).

Com a criação do Ato Adicional em 12 de agosto de 1834[6], vários setores da administração pública, dentre eles a educação, ficaram a cargo dos governos locais, dando a estes a autonomia de legislar e a responsabilidade de viabilizar os serviços públicos. Neste novo regime, a escolarização primária e secundária em todo território nacional ficariam a cargo dos governos locais, enquanto o governo imperial cuidava de todos os níveis de ensino no município da corte e das escolas superiores no país. No entanto, é preciso destacar que a autonomia para o ensino secundário é questionada por Haidar (2008) que afirma que essa lei promove uma pseudodescentralização.

Tal estabelecimento legislativo fortaleceu a ideia de que, a tentativa de um sistema único de educação projetado no período anterior, teria se fragmentado de vez, dada às múltiplas legislações criadas pelas diferentes províncias, sem nenhuma articulação entre si e com o governo central (CASTANHA, 2006). Este entendimento ainda reforça a ideia de que nesse contexto havia um descaso pela escolarização nas diferentes partes do território, começando a se afirmar um retrocesso no processo de escolarização brasileira, se estendendo de forma destacada durante todo Império, sendo atribuído a este a ideia de atraso em detrimento dos progressos da República.

No entanto, de qualquer forma, a ideia antes apresentada precisa ser relativizada, tendo em vista que a historiografia da educação recente sobre o período oitocentista tem apresentado um panorama diferente, inclusive no âmbito das províncias. Ou seja, "Exorcizando marcos cronológicos rígidos e lineares, os historiadores têm produzido um novo olhar sobre os oitocentos, caracterizando-o como um período fértil de debates, iniciativas e práticas educativas" (GONDRA & SCHULER, 2008, p. 19); Iniciativas que ganham contorno a partir das décadas 1870 e 1880, implicando, inclusive, em políticas de produção didática de caráter local.

Nosso levantamento acerca das obras didáticas de Geografia regional publicadas no período delimitado apresenta uma espacialização que contempla quase todas as províncias/estados, com exceção do Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Mato Grosso e Paraíba[7], conforme mostra o mapa a seguir (figura 1). Com destaque para Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará.

---

[6] Emenda constitucional aprovada em 12 de agosto de 1834, visando diminuir os conflitos no período regencial, e dá autonomia e representatividade aos governos locais a partir da criação das assembleias provinciais.

[7] Sobre este estado encontramos apenas uma referência feita por José Batista de Mello em seu livro Evolução do Ensino na Paraíba, 1996, 3ª edição. Este o autor aponta um livro *Corografia da Paraíba,* escrito por Beaurepaire Rohan, porém não encontramos informação sobre o mesmo.

Do total de 52 obras levantadas e representadas no mapa (figura 01), a maioria foi publicada e impressa nos respectivos locais para os quais se destinavam. Apenas 12 títulos não apresentaram este aspecto. Nestes casos, as publicações foram feitas no Rio de Janeiro e, seus autores, mesmo sendo natural das respectivas províncias, haviam ido morar naquela cidade, com o objetivo de continuar seus estudos e estabelecer vínculos social e profissional, a exemplo, do Carlos Novaes[8] e do Laudelino de Oliveira Freire[9].

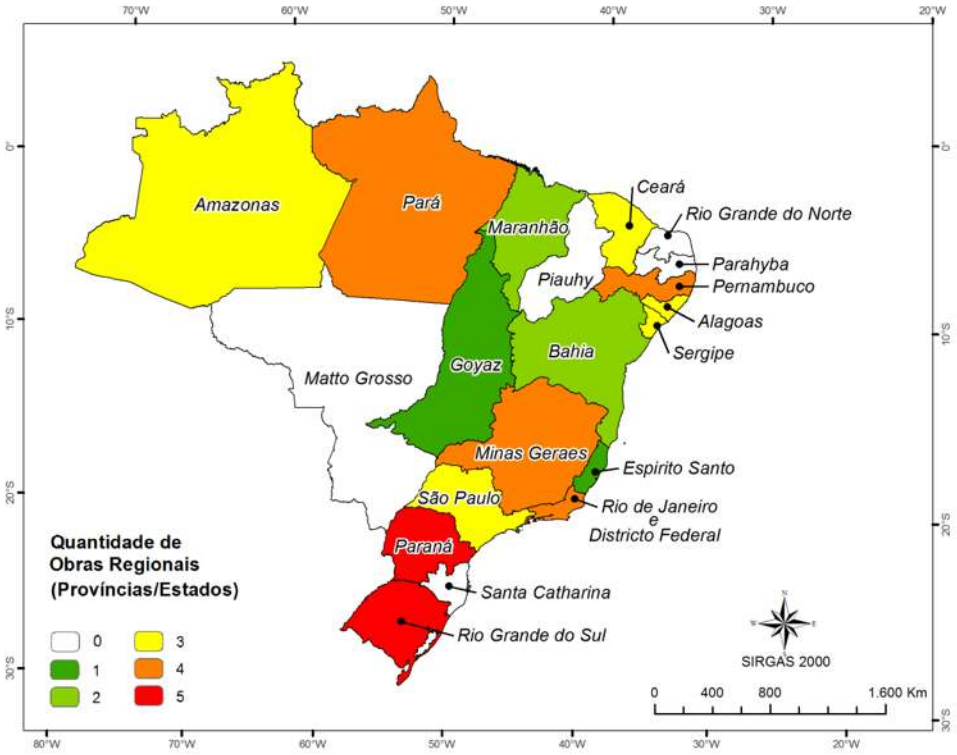


Figura 01: Espacialização da produção de LD regionais de Geografia.
Elab.: Stevens (2014). Org.: Angelo (2014).

Com este recorte regional foi possível ampliar nosso olhar para o contexto nacional. Procedimento que nos permitiu constatar que, para além da área central da província fluminense e das renomadas casas editoriais instaladas no município da corte,

[8] Autor paraense que fixou residência no Rio de Janeiro e atuou como lente de Corographia do Brasil no curso anexo a Faculdade de Direito.

[9] Autor sergipano que iniciou seus estudos preparatórios no Liceu Laranjeirense, Sergipe, concluindo-os na Escola Militar do Rio de Janeiro. Diplomou-se em ciências sociais (1895) e ciências jurídicas (1902) na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Foi advogado e atuou como professor catedrático do Colégio Militar; eleito deputado da Assembleia Legislativa do seu Estado e jornalista, contribuindo com vários periódicos de circulação no Rio de Janeiro e em Sergipe. Deixou importantes obras de várias áreas. Sobre o autor e obra ver Santos (2004).

existiu uma considerável produção regional de LD de Geografia, dada a ampliação de novas cadeiras no ensino elementar, além das que existiam (VEIGA, 2007).

Nesse sentido, considerando os diferentes níveis/destinos das obras no período, constatamos que o aumento do número de publicações regionais para o ensino primário foi maior que para o secundário. Constatamos também que é alto o número de títulos que não trazem identificação do nível de ensino ao qual se destinavam (Figura 2).

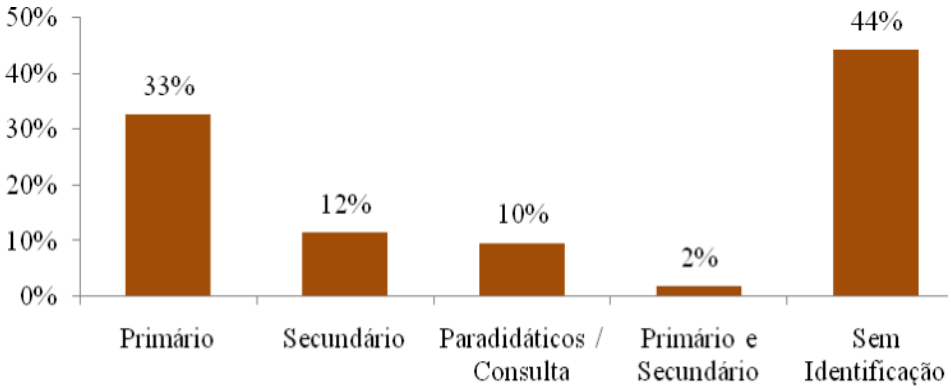


Figura 02: Distribuição dos livros por gêneros e níveis de ensino.
Org.: Angelo (2014).

O contexto que antecedeu a República ampliou os debates nacionalistas, se efetivando no terreno da escolarização em todo o território nacional, mesmo que de forma assimétrica. A produção de LD regionais dava-se a partir do estabelecimento de pequenas impressoras e tipografias instaladas fora da sede governamental, as quais, além de investirem na publicação de periódico, também produziam, ocasionalmente, LD, desempenhando, importante papel no processo de escolarização, principalmente no que concerne ao ensino elementar (BITTENCOURT, 2008).

Ao analisar as editoras instaladas em algumas províncias, Bittencourt (2008) ressalta que a maioria se configurava como pequenas tipografias com pouca infraestrutura e funcionários, além de os editores terem uma relação de dependência com o governo provincial no que se refere à questão das disputas político-partidárias. Reproduzindo aquilo que ocorria no município da corte.

Se por um lado a publicação dessas obras contempla quase todo o território nacional, por outro, a dinâmica de reedições não ocorreu de forma regular nas diferentes províncias. Dos 52 títulos catalogados, 12 deles passaram por mais de 03 edições,

contabilizando um total de 133 reedições, se destacando as produções concentradas no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, seguidas por Pernambuco e Ceará.

No entanto, tal constatação não se configura como um resultado definitivo, tendo em vista os obstáculos enfrentados para a realização de um levantamento sistemático dessas obras, dada as dificuldades de acesso às mesmas. Acreditamos que este número pode ser maior, sobretudo, no contexto das províncias que gozavam de melhores condições econômicas e/ou que conservavam uma tradição na arte dos impressos. Dentre as províncias que tiveram papel preponderante, destacam-se: Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Ceará (BITTENCOURT, 2008). Ainda de acordo com esta autora, a região norte do país (com destaque para as cidades de Belém e Manaus), foi a que mais se especializou em produções de LD de Geografia, enquanto as demais estavam voltadas para as publicações de Gramática e Aritmética. Essa particularidade está associada, no período, ao interesse econômico nacional e internacional pela produção de borracha na Amazônia, evidenciando a necessidade de aprofundar os estudos de seu espaço (BITTENCOURT, 2008).

Em algumas províncias, tais publicações ocorreram antes do contexto histórico focalizado nesta pesquisa, a exemplo, da Bahia, conforme apresenta Silva (2012):

> A Bahia foi a primeira das províncias a apresentar uma preocupação com o ensino de sua territorialidade, como atestam as primeiras obras publicadas para esse fim. A primeira delas foi uma reprodução da Corografia de Ayres de Casal, da qual se recortou por inteiro um de seus capítulos, sobre a Bahia, publicado como volume independente para o ensino em estabelecimentos da província, em 1826 (SILVA, 2012, p.206).

Ainda de acordo com esta autora, outra obra de caráter regional destinada à província da Bahia, e também inspirada na obra de Ayres de Casal, foi *A Coroghapia, ou abreviada história geográphica do Império do Brasil: coordenada, acrescentada, e dedicada á casa do collegio dos órfãos de S. Jaaquim desta cidade (para o uso de seos aulomnos, a fim de adquirirem conhecimento geográficos preliminares d'América em Geral, e seo descobrimento, e com particular individuaçãodo Brasil, especialmente da província e Cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos, publicada por Antônio dos Santos, publicada por Domingos José Antonio Rebello, em 1829* (SILVA, 2012).

Ainda, neste aspecto, cabe destacar a publicação do *Compêndio elementar de Geographia geral e especial do Brasil (1856;1859),* de Thomaz Pompeo de Souza Brasil, denominado na primeira edição regional *Elementos de Geographia – offerecido á*

mocidade cearense (1851). Reeditado mais de quatro vezes, passou por transformações no conteúdo e metodologia, tornando-se de caráter nacional, inclusive, adotado no Colégio Pedro II (SOUZA NETO, 2013). Além dessas, foram encontradas mais quatro publicações entre 1860 e 1870, no Rio Grande do Sul, Alagoas e Pará.

As fontes esparsas, mostram que a publicação de LD de Geografia regional das províncias estão atreladas à leis que regulamentam o ensino local. Com relação ao Amazonas, Corrêa (2006) cita a Lei n° 302 de 13 de maio de 1874, que aprova o Regulamento nº 28, de 31 de dezembro de 1873, que reforma a instrução pública provincial e prescreve, para a segunda parte do programa de ensino do sexo masculino, de 3ª e 2ª entrância, *Geographia e historia do Brasil e geographia da província* (CORRÊA, 2006). Este autor ainda diz que:

> A exigência quanto ao ensino da geografia local confrontava-se com a escassez de livros que versassem sobre os novos saberes e com a inadequação dos existentes. Tais dificuldades podem ter influenciado na escolha dos livros de geografia do autor paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (Dr. Freitas) e, posteriormente, na emergência de professores locais empenhados na produção de obras queatendessem a essa demanda curricular (CORRÊA, 2006, p. 132).

Quanto a Pernambuco, a publicação do livro *Elementos de Geografhia universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuc*o (1875), de Manoel Pereira de Moraes Pinheiro (Figura 03) traz, em seu título, a mesma enunciação que regulamenta a lei 1: 143, art. 33, inciso 7º, de 8 junho de 1874, aprovada seis meses antes da publicação do referido livro (ALBUQUERQUE, 2008).

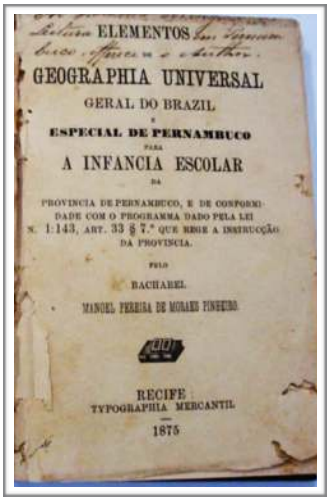

ELEMENTOS
GEOGRAPHIA UNIVERSAL
GERAL DO BRAZIL
E
ESPECIAL DE PERNAMBUCO
PARA
A INFANCIA ESCOLAR
DA
PROVINCIA DE PERNAMBUCO, E DE CONFORMIDADE COM O PROGRAMMA DADO PELA LEI N. 1:143, ART. 33 § 7.º QUE REGE A INSTRUCÇÃO DA PROVINCIA.
PELO
BACHAREL
MANOEL PEREIRA DE MORAES PINHEIRO.
RECIFE
TYPOGRAPHIA MERCANTIL
1875

Figura 03: Folha de rosto do livro *Elementos de Geograhia universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco para a infância escolar da Provincia de Pernambuco*, de Manoel Pereira de Moraes Pinheiro, Recife-PE, 1875. Acervo: Gabinete Português de Leitura, Recife-PE. Org.: Angelo (2014).

No contexto de Minas Gerais, Maia (2014) referencia o regulamento 62, da Lei de 1871, aprovada em 1872, que define os conteúdos que devem ser ministrados nas escolas primárias dessa província, apontando no capítulo 6º do artigo 38 o ensino de *elementos da Historia e Geografia do Brasil, principalmente da província de Minas;* e, no capítulo 4º do mesmo regulamento, referente à escola Normal, o art. 115 determina que seja ensinado no 2º ano: *noções gerais de Geografia e Historia, Geografia e historia do Brasil, principalmente de Minas*. Em 1879, o Regulamento 84, também aponta para o estudo dos *elementos de Geografia, História do Brasil, principalmente de Minas* no contexto da escola primária (MAIA, 2014).

A relação entre as leis apresentadas e a elaboração de LD de Geografia nas províncias apresenta uma indicação do ensino de Geografia (e História) nacional e especial das províncias, direcionamento que orienta a produção desses livros no período. Isto se expressa no conjunto de assuntos tratados nos LD, ganhando notoriedade os títulos que tratam da Geografia e História em detrimento da Corografia e Cosmografia, conforme o gráfico a seguir (Figura 04).

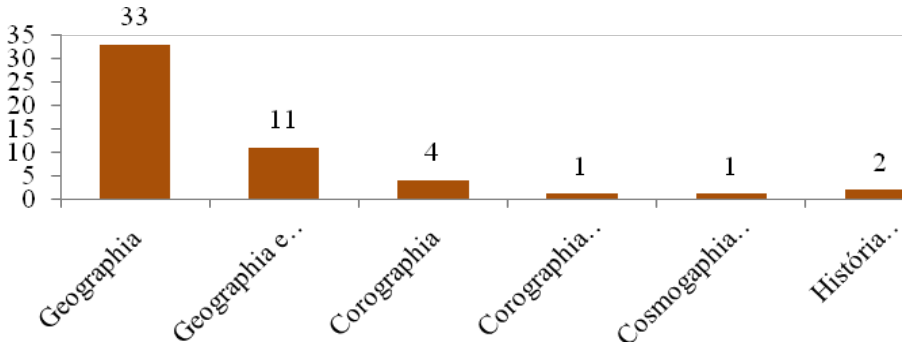


Figura 04: Distribuição das obras segundo assuntos apresentados nos títulos e subtítulos. Org.: Angelo (2014).

Associado ao conjunto de assuntos, os direcionamentos legais também orientam quanto ao recorte espacial abordado nos LD regionais de Geografia, conforme informações apresentadas nos títulos e/ou nas capas (Figura 05)

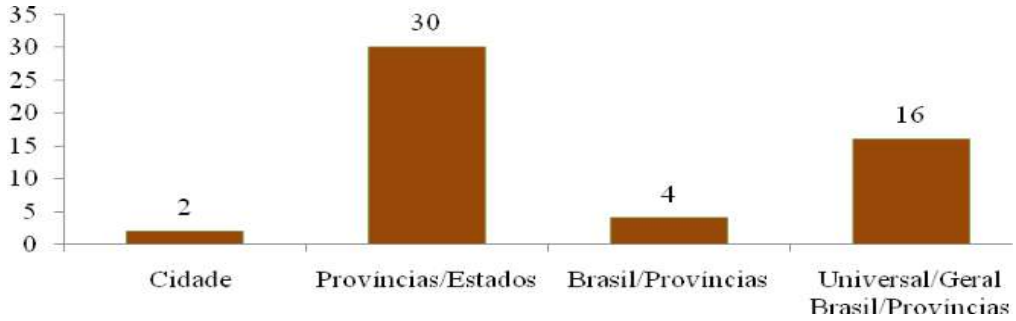


Figura 05: Distribuição das obras segundo recorte espacial abordado.
Org.: Angelo (2014).

Conforme podemos observar no gráfico (Figura 05), as obras que fazem referência apenas ao conteúdo das províncias/estados se sobressaem às demais. No entanto, cabe ressaltar que, para estes casos, algumas obras também tratam dos elementos gerais de Geografia, geralmente intitulados *primeiras noções*, *conteúdos preliminares*... E outras da Geografia Geraldo Brasil de forma breve, para depois abordar as províncias com maiores detalhes.

De acordo com Silva (2012) uma província que não acompanhou essa tendência e que se destacou pela tradição de estudo do seu território especificamente, foi o Rio Grande do Sul. Segundo a autora, os LD de Geografia destinada àquela província não se configuraram como parte da Corografia ou da Geografia do Brasil. Nesse sentido, ao analisar os LD de Geografia e História destinados a essa província, entre os anos de 1896 e 1902, Almeida (2007) ressalta que a exploração desses conhecimentos, influenciou a publicação de livros regionais de leitura, a exemplo do *O Rio Grande do Sul para as Escolas*,[10]adotado pelas escolas do estado a mando do governo.

A partir dos elementos apresentados, observamos, de forma panorâmica, que o ensino de Geografa nas províncias/estados se desenvolvia de acordo com o contexto local. Buscando ampliar nossas discussões acerca dos LD regionais de Geografia no contexto das províncias/estado, versaremos sobre os autores desses livros, levando em consideração o lugar social que assumiam no contexto provincial e nacional.

[10] Obra de autoria de José Pinto da Fonseca Guimarães, com duas edições (1ª ed. 1896 e 2ª ed. 1899). Editada por Carlos Pinto & Comp. Sucessores. Livraria Americana; Porto Alegre - Pelotas – Rio Grande (ALMEIDA, 2007).

Autores de Livros didáticos de Geografia no contexto provincial/estadual: âmbitos de referências e lugar social dos sujeitos

Conforme pudemos observar, entre as décadas de 1870 e 1880, os debates acerca das ideias liberais e republicanas ganham força em vários setores da sociedade, implicando sua ampliação no setor educacional, em diferentes províncias. No contexto de disputas entre o poder central e o provincial (DOLHNIKOFF, 2003), o projeto de construção de uma identidade nacional e de exploração do território eleva a disciplina Geografia a um lugar de destaque, inclusive, valorizando os estudos específicos por províncias, implicando em uma significativa produção de LD regionais de Geografia no contexto das províncias/estados, como pudemos constatar (figura 01). Diante desta demanda, quais sujeitos estariam aptos a contribuir com tal tarefa?

Observamos que, em alguns casos, as obras destinadas as escolas em geral, elaboradas pelos grupos de professores e intelectuais que atuavam no centro da corte, no Rio de Janeiro, foram adotadas em algumas províncias. Entretanto, se observa também que, de forma expressiva, as províncias/estados também adotavam publicações regionais, escritas por autores autóctones. Neste aspecto, em alguns LD se observa laços do autor com sua terra natal, isto pode ser verificado nos textos introdutórios ou nas capas e folhas de rosto dos livros.

Para o levantamento das informações sobre os autores de LD regional de Geografia recorremos a diferentes fontes para mapearmos o lugar social desses sujeitos, em alguns casos, não conseguimos informações sobre parte deles, em outros, só encontramos informações pontuais, o que revela a participação de sujeitos com menor *status* social na realização dessa tarefa. Neste aspecto, Bittencourt (2008) aponta a existência de inspetores de instrução de províncias menos exigentes, no quesito das credenciais do autor, se comparados aos do município da corte. Por outro lado, as fontes evidenciam que grande parte desses exercia atividade de renome no âmbito político, seja de representação partidária, seja de representatividade no governo, a exemplo, de cargos de deputados e senadores. As atividades liberais como advogados, médicos, engenheiros, jornalistas e ensaístas fazia parte do cotidiano de parte deles.

Contudo, as atividades desenvolvidas no âmbito educacional se expressaram com mais destaque, sobretudo, autores envolvidos com o exercício do magistério, atuando como professores de Geografia nos Liceus e nas Escolas Normais, e também, professores em geral, sem indicação do nível de ensino, além de diretores de escolas. Ainda referente às funções atreladas ao setor educacional, identificamos que parte dos

autores também exercia cargos representativos, como diretor, secretário e inspetor de instrução pública.

Além dos âmbitos de atuação supracitados, outros espaços fizeram parte da vivencia e do cotidiano desses sujeitos, a exemplo, das instituições científicas e culturais, com destaque para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e também os das províncias, além das academias literárias e das Sociedades de Geografia.

Como podemos perceber, o contexto histórico e espacial aqui representado revela a existência de uma multiplicidade de sujeitos com formação e atuação diversas, os quais estavam envolvidos com a produção de uma Geografia exploratória do território, seja para o contexto escolar, seja para fins técnicos ou científicos.

No que concerne especificamente à produção didática desses autores, ao que pudemos compreender, essas obras eram elaboradas com o objetivo de atender a um público local, contudo, em alguns casos, observamos que a produção de alguns autores tinha uma circulação para além do seu contexto de elaboração e produção local.

Considerações a partir de dois autores e seus lugares sociais

Para esta análise selecionamos dois autores, o baiano Jeronimo Sodré Pereira (1840 –?), com seu livro *Compendio de Geographia elementar especialmente do Brasil* (1876; 1884), que teve apenas duas edições publicadas na Bahia; e o paraense Carlos Augusto Valente de Novaes (? – 1915) que escreveu vários LD de Geografia que serão apresentados em seguida.

O primeiro autor tem uma obra que apesar do título não trazer uma indicação específica de regional, outros elementos revelam este aspecto, como a identificação do autor na capa e folha de rosto do livro, evidenciando sua relação profissional com essa província: *Lente cathedratico de Physiologia na Faculdade de Medicina da Bahia e Historia do Lycêu da mesma província* (Figura 06).

Outra pista que direciona esta obra para a referida província é o destaque na capa com a informação de aprovação da mesma pelo Conselho Superior da Instrução Pública da Bahia. Outro aspecto a ser considerado e apontado por Angelo (2011) se refere ao fato de o livro trazer uma maior descrição geográfica da Bahia, em detrimento das demais províncias abordadas.



Figura 06: Folha de rosto do *Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brazil (1884),* de Jeronimo Sodré Pereira.
Acervo: Biblioteca Paulo Bourroul, FEUSP. Org.: Angelo (2014).

Um pequeno texto introdutório do autor que compreende o prólogo da primeira edição, também confirma o direcionamento inicial desta obra para as escolas daquela província, denunciando, inclusive, que tal obra foi um projeto do então diretor Geral da Instrução Pública, e não, uma vontade própria sua:

> Começamos, porém, nosso trabalho animado, e solicitado pelo Directôr Geral da Instrucção Publica de nossa província, o Sr. Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, que, não obstante as dificuldades, quis inaugurar no ensino primario o estudo da Geographia elementar; a ele pois se deve todo louvor, se a obra corresponder a confiança que em mim depositou, pois declaro francamente, que á empresa não me abalançaria de vontade própria (PEREIRA, 1875, s/p. *In.* PEREIRA, 1884).

Também pudemos confirmar a adoção dessa obra nas escolas públicas da Bahia a partir do relatório Geral de Instrução Pública daquela província, em 29 de fevereiro de 1876. Neste, o então Diretor Geral da Instrução Pública, José Eduardo Freire de Carvalho anunciou que o Governo da Bahia adquiriu cinco mil exemplares desse compêndio, após este ter sido julgado apropriado para o ensino das escolas primárias (CARVALHO, 1876)[11].

Se por um lado a obra de Jerônimo Sodré evidencia elementos de uma produção regional, por outro, também podemos observar, de imediato, que este autor

[11] Documentos anexos ao relatório com que o excellentissimo sr. presidente da provincia, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a Assembléia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1876 (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES: Provincial Presidential Reports -1830-1930). Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazi. Acesso: junho, 2014.

teve sua obra aprovada pelos Conselhos de Instrução Pública de outras províncias, inclusive no Município Neutro, conforme informações presentes na capa, na qual há confirmação de sua circulação em outras províncias[12]. O curioso é que, apesar da grande aceitação desta obra nas diferentes províncias/estados, não se trata aqui de um autor que tradicionalmente tenha se dedicado à produção de outras obras didáticas.

Jerônimo Sodré Pereira, nasceu em 6 de junho de 1840, em Santo Amaro, estado da Bahia, formou-se pela Faculdade de Medicina desta província em 1861, e apesar de ter publicado importantes teses científicas, conforme aponta as referências citadas por Blake (1970), não há referência de nenhuma outra obra voltada para a educação, e nem mesmo para a área de Geografia, além da obra citada. Também não há referência de que Jeronimo Sodré Pereira atuou como professor de Geografia, estando mais voltado para a História e para a área de Saúde, com especialidade em fisiologia. Contudo o Parecer do Conselho Superior da Instrução Pública da Bahia, composto pelo Dr. Francisco Rodrigues da Silva (relator) e por Aureliano Henrique Tosta, ao analisar a obra, traz considerações positivas acerca da abordagem proposta pelo autor:

> Sem tomar ao pé da lêttra a palavra *geografia* dá-lhe o Sr. Dr. Sodré mais extensão do que a etymologia, compenetrado, como está, de que descrever um facto sem subir ás causas que o determinaram, e descer até seus resultados, não é, não foi, nem será jamais sciencia séria e de largos intuitos.
> Bem certo desta verdade, mostra-se sempre o author na altura de sua missão, quando á imitação de grandes geógrafos, com que vive familiarizado, de Balbi, Humboldt, e Charles Ritter – compara e interpreta os factos que descreve, subordinando-os ás causas geraes que o regem [...] (SILVA, *et al*. 1876, *In*. PERREIRA, 1884, p. XIII).

Além de exercer a função de médico e professor[13], Jerônimo Sodré Pereira também foi um político famoso, chegando a ocupar o cargo de deputado pela província da Bahia, entre os anos de 1878-1881 e Presidente da província de Sergipe em 1889 (SANTANA, 2009). Contudo, sua atuação enquanto autor de LD de Geografia, se assim se pode dizer, não traz evidências, mas aponta para um projeto alheio à sua vida.

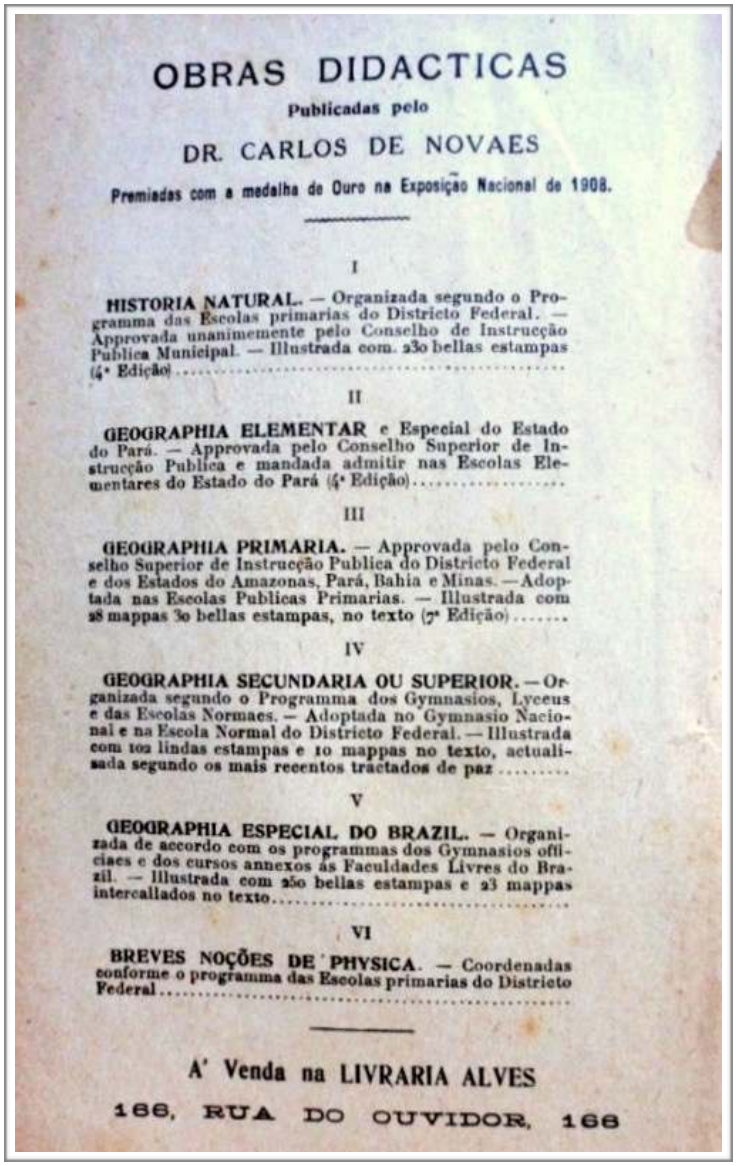
Outro exemplo de autor que achamos pertinente apresentar para que possamos entender melhor o conjunto de autores que escreveram obras regionais de

---

[12] De acordo com Santos (2004), em 1886, a única obra didática distribuída para os alunos pobres em Sergipe, depois de autorizada pelo Conselho Superior de Instrução Pública, foi o *Compêndio de Geografia* de Jerônimo Sodré, tendo sido comprado um total de 1.000 exemplares. Em 4 de abril de 1881 o Sr. Satyro de Oliveira Dias, presidente da província do Amazonas autorizou a compra de 400 ditos do *Compêndio de Geografia* do Sr. Jeronymo Sodré Pereira.

[13] Apesar de na capa do seu livro haver informação que Jerônimo Sodré Pereira foi professor no Liceu da Bahia, nenhuma das fontes consultadas fizeram essa referência. No que compreende ao ensino, só encontramos referência a sua atuação enquanto professor de Fisiologia na Faculdade de Medicina.

Geografia no período em foco, trata-se do paraense Carlos Augusto Valente de Novaes. Diferente do autor antes apresentado, este se dedicou à docência e escreveu vários LD de Geografia, conforme podemos observar em um anúncio de obras do autor na 10ª edição de seu livro *Geographia Secundária - (1928)* (Figura 09), obra não especificamente regional. Este autor iniciou sua carreira docente em Belém do Pará, sendo professor "lente por concurso" do antigo "Gymnasio Paes de Carvalho". Posteriormente, transferiu-se para a Capital Federal - Rio de Janeiro, onde atuou como lente de Corographia do Brasil no Curso Anexo à Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e professor livre de Geografia e Corographia da Escola Normal do Distrito Federal. Tais informações sobre o seu envolvimento com o magistério e com as instituições geográficas são constantemente apresentadas nas capas de seus livros (Figuras 08 e 09).



OBRAS DIDACTICAS

Publicadas pelo

DR. CARLOS DE NOVAES

Premiadas com a medalha de Ouro na Exposição Nacional de 1908.

I

HISTORIA NATURAL. — Organizada segundo o Programma das Escolas primarias do Districto Federal. — Approvada unanimemente pelo Conselho de Instrucção Publica Municipal. — Illustrada com 230 bellas estampas (4ª Edição).....

II

GEOGRAPHIA ELEMENTAR e Especial do Estado do Pará. — Approvada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica e mandada admitir nas Escolas Elementares do Estado do Pará (4ª Edição).....

III

GEOGRAPHIA PRIMARIA. — Approvada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica do Districto Federal e dos Estados do Amazonas, Pará, Bahia e Minas. — Adoptada nas Escolas Publicas Primarias. — Illustrada com 28 mappas 30 bellas estampas, no texto (7ª Edição).....

IV

GEOGRAPHIA SECUNDARIA OU SUPERIOR. — Organizada segundo o Programma dos Gymnasios, Lyceus e das Escolas Normaes. — Adoptada no Gymnasio Nacional e na Escola Normal do Districto Federal. — Illustrada com 102 lindas estampas e 10 mappas no texto, actualisada segundo os mais recentes tractados de paz.....

V

GEOGRAPHIA ESPECIAL DO BRAZIL. — Organizada de accordo com os programmas dos Gymnasios officiaes e dos cursos annexos ás Faculdades Livres do Brazil. — Illustrada com 250 bellas estampas e 23 mappas intercallados no texto.....

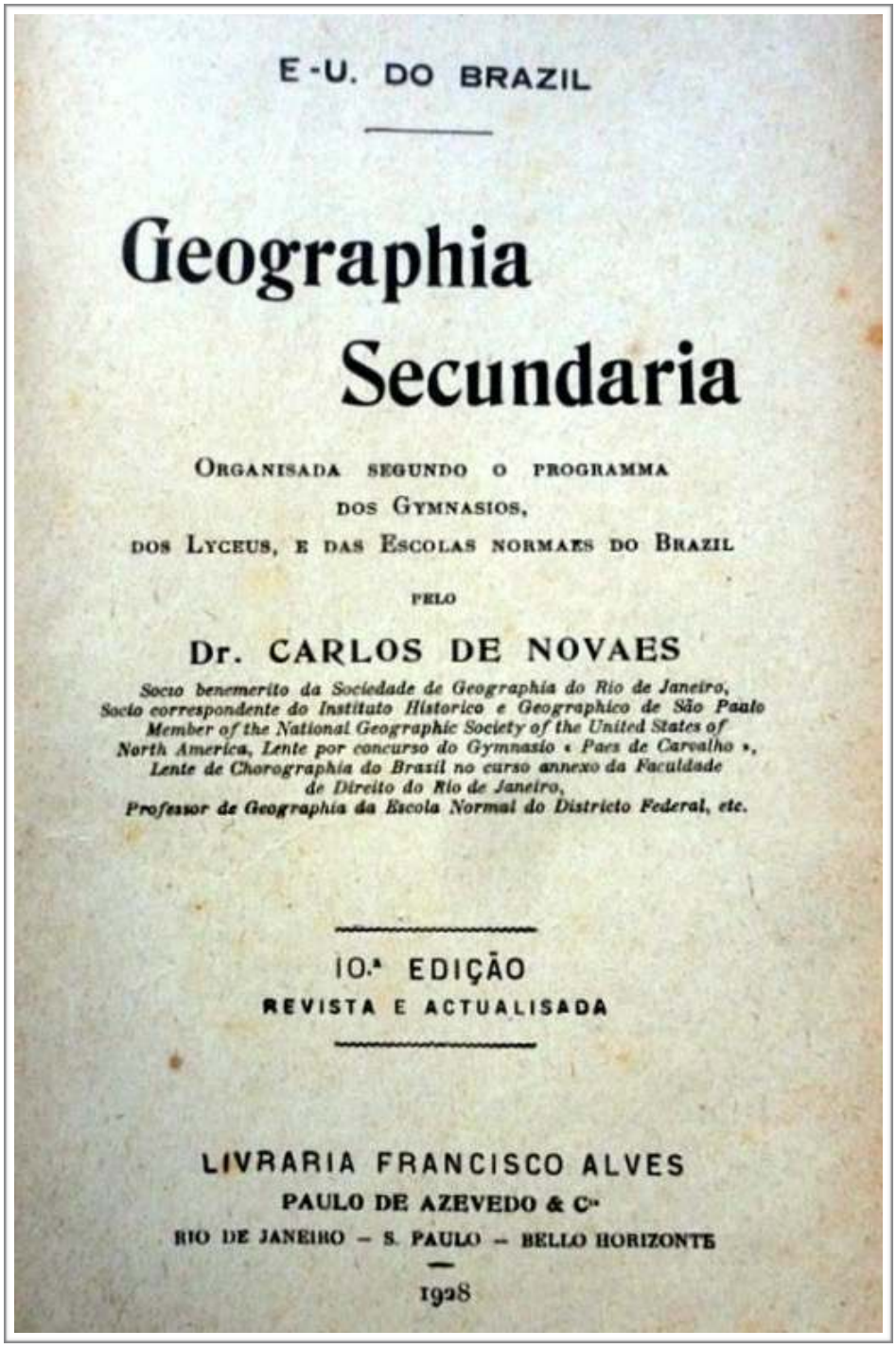
VI

BREVES NOÇÕES DE PHYSICA. — Coordenadas conforme o programma das Escolas primarias do Districto Federal.....

A' Venda na LIVRARIA ALVES

166, RUA DO OUVIDOR, 166

Figura 07: Livro Geographia Secundaria, de Carlos Novaes: Anúncio de obras do mesmo autor. Acervo: Autoras. Org.: Angelo (2014).


E-U. DO BRAZIL

Geographia Secundaria

ORGANISADA SEGUNDO O PROGRAMMA
DOS GYMNASIOS,
DOS LYCEUS, E DAS ESCOLAS NORMAES DO BRAZIL
PELO

Dr. CARLOS DE NOVAES

Socio benemerito da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro,
Socio correspondente do Instituto Historico e Geographico de São Paulo
Member of the National Geographic Society of the United States of North America, Lente por concurso do Gymnasio « Paes de Carvalho »,
Lente de Chorographia do Brazil no curso annexo da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro,
Professor de Geographia da Escola Normal do Districto Federal, etc.

10.ª EDIÇÃO
REVISTA E ACTUALISADA

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
PAULO DE AZEVEDO & Cª
RIO DE JANEIRO – S. PAULO – BELLO HORIZONTE
1928

Figura 08: Livro Geographia Secundaria, de Carlos Novaes: folha de rosto trazendo informações sobre a atuação docente do autor.
Acervo: Autoras. Org.: Angelo (2014).

Conforme mencionamos, este autor escreveu livros para os diferentes níveis de ensino, inclusive acompanhando as especificidades curriculares de cada um deles. Levantamos um total de 07 títulos escritos por ele, os quais foram reeditados 37 vezes,

entre 1895 – 1931. Como podemos perceber, as suas publicações só aparecem no contexto da República, a partir da década de 1890.

No que concerne ao ensino secundário, não há livros regionais, já para o ensino primário esse autor escreveu duas obras com esta destinação: a primeira *Geographia Pimaria*, reeditada doze vezes. Em quase todas as edições não constam informações precisas de data de publicação, e nas edições que manuseamos também não encontramos tal informação, mesmo a 12ª edição catalogada no site LIVRES não traz a data completa, informando apenas 190?.

No catálogo da livraria Francisco Alves, na referência a esta obra, é indicada a data de 1895 (*apud* CORRÊA, 2006), mas não informa de qual edição se trata. Contudo, sabemos que, de qualquer forma, a data anunciada no Catálogo da Francisco Alves não se trata da primeira edição, sobretudo, porque, nas edições que manuseamos identificamos uma nota do Secretário da Instrução Pública do Estado do Pará anunciando aprovação da mesma e o parecer de aprovação pelo Conselho de Educação deste mesmo estado, provavelmente referente à primeira edição, ambos datados de 1892.

As evidências acerca das informações editoriais desta obra, e também, o fato do autor, antes de ter sido professor no Ginásio Paraense e de só depois ter se destacado no contexto do Rio de Janeiro, traz indícios de que esta obra, em princípio foi escrita no contexto local e depois, reeditada e publicada pela editora Francisco Alves, pois o parecer datado de 1892, publicado pela Secretaria de Instrução Pública do Pará menciona o autor como ainda sendo professor do Liceu paraense, conforme expressa o enunciado inicial deste documento "sobre a obra intitulada "Geografia primaria" composta para o uso das escolas primarias, pelo Dr. Carlos Noves, lente de Geographia e cosmografia do Lyceu paraense" (NOVAES, 19??, p. VII).

Conforme contextualiza Coelho (2003), durante o período entre as décadas de 1890 e 1920, houve um expressivo aumento das produções de livros escolares no Pará, devido ao estímulo do governo local que fomentou tais produções, destacando, neste caso, editoras e livrarias locais, a exemplo da Livraria Clássica, do Instituto Lauro Sodré, (escola profissionalizante do estado do Pará), dentre outras tipografias. Nesse sentido, esta autora também afirma haver uma preferência do governo local pela escolha de LD de autores paraenses.

No entanto, não temos como afirmar se a primeira edição do livro *Geographia Primaria* tenha sido publicada por alguma tipografia de Belém, mas sem dúvida, este professor levou para o contexto central do Rio de Janeiro sua experiência local e, ao que parece, um trabalho que teve origem também no contexto local, e que

depois, adquiriu um aspecto nacional, a partir das relações estabelecidas no Rio de Janeiro, em especial, com a editora Francisco Alves. Neste período Carlos Novaes passou a publicar outros trabalhos e ganhar destaque como autor de LD, inclusive, tendo todas as suas obras, premiadas com medalhas de ouro na Exposição Nacional de 1908, informação que aparece nas primeiras folhas dos seus livros. Com tamanha visibilidade, as suas obras foram adotadas não só no Pará, como também em várias províncias/estados do país, graças ao fato de terem sido editadas pela Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, para onde o autor se transferiu e passou a viver (MOREIRA, 1989, *apud*. CORRÊA, 2006).

Quanto à adoção da obra deste autor no estado do Pará, Coelho (2003) identificou, a partir do ofício 11 de julho de 1893, uma autorização para Alexandre Vaz Tavares, Diretor Geral da Instrução, comprar em grande escala LD para as "classes dos paupérrimos". Dentre essa relação de livros estava o *Geografia Primaria* de Carlos Novaes. Nesse sentido, a autora salienta que mesmo com os abatimentos dados frente ao grande volume de livros comprados, aqueles escritos por autores paraenses foram justamente os mais caros, dentre eles o de Carlos Novaes.

Apesar do estabelecimento da cultura de impressão local, circulavam também nas escolas paraenses livros impressos em outros locais, a exemplo dos livros deste autor e de outros que foram impressos em casas estrangeiras (COELHO, 2008).

De modo a confirmar os debates nacionalistas difundidos no período, o parecer referente a esta obra anuncia que:

> Ao contrário dos compendios de Geographia admittidos em nossas escolas, mas appropriados para paizes europeus do que para um paiz americano, como o nosso, a "Geographia primaria" do autor paraense, sem omittir o que mais importa estudar-se das outras partes do mundo, consigna largos desenvolvimentos á America, especialmente á do sul. Dos paizes da America do Sul, o Brazil é o mais importante não só pela vastidão do seu território, como por sua posição geographica e vantajosas condições economicas. Considerando-o, pois, sob estes pontos de vista, o auctor consagra ao Brazil um dos capitulos mais interessantes da sua obra (*In.* NOVAES, 19??, p. VII).

A preocupação em destacar uma Geografia mais próxima da realidade dos alunos, ainda pode ser identificada no parecer: "E' principio admittido por todos os povos que ninguem deve saber melhor a terra alheia do que o seu proprio paiz" (NOVAES, 19??, p VIII).

Ao analisarmos o capítulo que trata da Geografia dos estados brasileiros, identificamos que, assim como o *Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brazil* escrito pelo Sr. Jerônimo Sodré Pereira, a obra *Geographia Primaria* também se

aprofunda na descrição de alguns estados em detrimentos dos outros (ANGELO, 2011). Nesse caso, observamos que o autor se dedica mais aos conteúdos referentes aos estados do Pará e do Amazonas. Ou seja, a Geografia do Pará é descrita em quatro páginas e a do Amazonas em três páginas. Já para os demais estados, esses conteúdos se resumem a meia página, no máximo duas. No contexto paraense Corrêa (206) confirma a adoção desta obra nas escolas primárias entre os anos de 1897 a 1910.

Além da obra *Geographia primária*, com suposta primeira edição em 1892, identificamos que em 1898, este autor ainda escreveu outra obra, publicada pela editora Francisco Alves, identificando a especificidade desta para o estado do Pará, inclusive, trazendo esta informação no subtítulo: *Geographia Elementar e Especial do Estado do Pará*, premiada com medalha de outro em 1908.

Além de atuar como professor de Geografia e escrever LD para esta disciplina, segundo Issler (1973), Carlos Novaes, por mais de vinte anos produziu também materiais para outras disciplinas como História Natural, Física e Química, todos editados pela livraria Francisco Alves.

Para além do contexto escolar este autor esteve ligado às instituições científicas e culturais da época, sendo sócio benemérito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, *member ofthe National Geographic Society ofthe United State of North America*.

Conforme pudemos observar, a trajetória profissional de Carlos Novaes esteve sempre vinculada ao exercício do magistério e a escrita de textos didáticos, tendo como âmbito de referência importantes instituições científicas e culturais de Geografia.

Em linhas gerais, as evidências acerca do perfil sócio profissional dos autores aqui analisados apontam para um grupo de autores-professores, bastante heterogêneo, compreendido por sujeitos atuando em diferentes campos e espaços. Em princípio, a partir das características encontradas, pensamos em estabelecer alguns grupos específicos e, associarmos cada autor a um respectivo grupo, contudo, uma questão ficou evidente para a época: a maioria dos autores era composta por sujeitos com mais de uma formação, que atuava em diferentes atividades e setores da sociedade, desenvolvendo assim, uma rede de intelectuais, políticos e educadores que identificam esse grupo multifacetado, apesar das particularidades de cada um deles. Além disso, é importante destacar que parte deles exercia funções políticas, assim como também mantinham relações estreitas com o poder provincial.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. A. M. de. Autores e livros didáticos de Geografia publicados no Nordeste Brasileiro - Século XIX. In: **Anais** - V Congresso Brasileiro de História da Educação - O Ensino e a Pesquisa em História da Educação. Aracaju – SE: 2008.

_____. Ensino de Geografia: As imagens noslivros didáticos de Geografia: uma perspectiva histórica. In: VASCONCELOS. José Gerardo etymologia al. (orgs.). **Tempo, Espaço e Memória da Educação.** Fortaleza: Edições. UFC, 2010.

_____. Dois momentos na história da Geografia escolar: a Geografia clássica e ascontribuições de Delgado de Carvalho. In: **Revista Brasileira de Educação em Geografia.** Vol. 1, nº 2, 2011. p. 19 a 51.

_____. Um debate acerca da origem da Geografia escolar no Brasil. In: **Anais** III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico - I Encontro Nacional de Geografia Rio de Janeiro: 2012.

ALBUQUERQUE, M. A. M de; ANGELO, M Deusia L. A província da Parayba nos livros didáticos de Geografia do Ensino Primário (1870 – 1920). In: **Anais** IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares. Lisboa, 2012.

ALMEIDA, M. M. M. **Mandando adoptar:** livros didáticos de História e Geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896 - 1902). (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS: 2007.

ANGELO, M. D. L. **A Geografia Escolar Brasileira e os autores de livros didáticos:** uma análise de obras publicadas no final do século XIX. Monografia (graduação). João Pessoa: UFPB, 2011.

_____. Disciplinas Escolares: reflexões teórico-metodológicas na construção de uma pesquisa acerca da história da Geografia escolar. In: MARQUES, A. C. P. dos S. [et al] (orgs.). **Pesquisa em educação:** novos temas novas abordagens. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

_____. **Livros Didáticos de Geografia e seus autores:** uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810 – 1910).** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BLAKE, A. V. Alves Sacramento. **Diccionario bibliográfico brazileiro.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BRASIL, Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Página 71 Vol. 1 pt. I - (Publicação Original). In: **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Disponível em http://www2.camara.leg.br/. Acesso: 20, junho/2014.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. In: **Revista Brasileira da História da Educação.** nº 11 jan./jun. 2006.

CHERVEL, André. As humanidades no ensino. In: **Revista Educação e Pesquisa.** v. 25, n.2 São Paulo, 1999.

COELHO, Maricilde Oliveira. Uma história dos livros escolares no Pará (1890-1910). In: **14ª COLE** – Congresso de Leitura do Brasil; II COHILILE – Congresso da História do Livro e da Leitura no Brasil. Campinas, 22 a 25 de julho de 2003.

_____. **A escola primária no Estado do Pará (1920-1940).** Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. **Circuito do livro escolar:** elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852-1910). Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas – SP, 2006.

CORRÊA, Rosa Lídia Teixeira e VALDEMARIN, Vera Tereza. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. In: **Cultura escolar:** História, práticas e representações. São Paulo: Caderno Cedes, ano XIX, n. 52, nov. 2000.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do estado nacional. In: JANESÓ, István (org.). **Brasil:** Formação do Estado e da Nação. São Paulo. Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

GALVÃO, A. M. de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Livros escolares de leitura no Brasil:** elementos para uma história. Campinas: São Paulo, 2009.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

GOODSON, Ivor F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. In: **Teoria e Educação.** Porto Alegre: 1990. nº 2, 230-254 pp.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano.** Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe: Pongetti, 1925.

HAIDAR, M. de. M. **O Ensino Secundário no Brasil Império.** São Paulo: Edusp, 2008.

ISSLER, Bernardo. **A geografia e os estudos sociais.** Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. Presidente Prudente - SP, 1973.

MAIA, Eduardo José Pereira. **A Geografia escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889.** Tese de Doutorado, Belo Horizonte – MG, 2014.

NOVAES, Carlos Augusto Valente de. **Geographia Primária** (composta para uso das Escolas Primárias). 9ª ed. Rio de Janeiro – Paris; Francisco Alves - Typ. Guillard, Allaud e Cia. 19??.

OLIVEIRIA, C. R. G. A. de; SOUZA, R. F. de. As faces do livro de leitura. In: **Cultura escolar:** História, práticas e representações. São Paulo: Caderno Cedes, ano XIX, n. 52, nov. 2000.

PEREIRA, Jeronimo Sodré. **Compendio de Geographia elementar:** especialmente do Brazil. 2ª ed. Bahia: Lopes da Silva Lima & Amaral; Typ. Dous Mundos. 1884.

SANTANA, Antônio Samarone de. **Dicionário biográfico de médicos de Sergipe:** séculos XIX e XX - Antônio Samarone de Santana, Lúcio Antônio Prado Dias, Petrônio Andrade Gomes. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009.

SANTOS, Vera Maria dos. **A Geografia e seus livros didáticos sobre Sergipe:** do século XIX ao século XX. Dissertação (mestrado em educação) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2004.

SILVA, Jane Medeiros. **A bibliografia didática de geografia:** história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814 – 1930). Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2012.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. 3ª ed. In: **Revista Terra Brasilis**, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2013.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007.

VLACHE, Vania. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva historiográfica. In: VESENTINI, J. W. (org.). **O ensino de Geografia no século XXI.** Campinas - SP: Papirus, 2004, 187-218 pp.

Recebido em 28 de julho de 2014.

Aceito para publicação em 04 de novembro de 2014.